

Capítulo IV – As novas condições de subalternidade

Anita Helena Schlesener

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHLESENER, AH. As novas condições de subalternidade. In: *Grilhões invisíveis: as dimensões da ideologia, as condições de subalternidade e a educação em Gramsci* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016, pp. 135-149. ISBN 978-85-7798-234-9. Available from: doi: [10.7476/9788577982349.0005](https://doi.org/10.7476/9788577982349.0005). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/y3zhj/epub/Schlesener-9788577982349.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CAPÍTULO IV

AS NOVAS CONDIÇÕES DE SUBALTERNIDADE

O pensamento dos subalternos não pode deixar de ser subversivo se quiserem transformar a sua subjetividade em objetividade universal (DIAS, 2012, p. 69)

O tema deste capítulo implica retomar a questão da hegemonia e da educação no contexto das relações econômicas, sociais, políticas e culturais que caracterizam a sociedade capitalista. Gramsci, a propósito da realidade italiana, amplia o conceito de classe social derivado dos escritos de Marx para a oposição dominante – dominados, dirigentes – dirigidos e, no caso das classes trabalhadoras, acrescenta o adjetivo “subalternos” que, em nosso entender, abre novas possibilidades de pensar o capitalismo na sua fase neoliberal e financeira.

As observações sobre os grupos sociais subalternos encontram-se no Caderno 25, de 1934, com o título *À margem da história*, além de vários fragmentos dispersos ao longo de sua obra e que tratam do tema *História das classes subalternas*, nos quais Gramsci inicia um trabalho de análise das lutas populares no curso da história italiana. O Caderno 25 traz, em segunda redação, fragmentos do Caderno 3, escrito em 1930, ou seja, do início de suas pesquisas; com apenas 15 páginas redigidas, encontramos praticamente um plano de trabalho com critérios metodológicos, bibliografia a ser consultada sobre os movimentos populares, que retoma inclusive os levantes e a resistência dos escravos romanos, o desenvolvimento histórico dos grupos subalternos na Idade Medieval, alertando para os perigos em fazer analogias históricas como critério de interpretação e de comparação entre épocas distintas (Q. 25, p. 2286-2287). Nesse contexto, amplia-se o significado de subalterno a todas as classes oprimidas da história da civilização moderna, a todos os marginalizados do processo histórico, tanto os que resistem à dominação demonstrando alguma consciência de classe, quanto os que se encontram completamente à margem, sem uma consciência clara de sua condição de classe, ou mesmo da dominação à qual estão submetidos.

Gramsci demonstra um profundo interesse pelos movimentos populares, desde a fase das comunas medievais, o modo como os romances

de época refletem de forma “inconsciente as aspirações mais elementares e profundas dos grupos sociais subalternos” (Q. 25, p. 2290). Salienta o modo como os intelectuais se expressam na literatura sobre a vida popular e procura identificar todos os sinais de resistência, mesmo na forma desagregada e mistificada que esses movimentos assumem em função da própria subalternidade. Salienta as características diversificadas que assume a utopia nos movimentos populares de países protestantes e nos que centralizam a Contrarreforma. Enfim, acentua as formas de escrever uma nova história do ponto de vista dos movimentos populares de resistência como condição de enfrentamento da luta para construir uma nova hegemonia.

Neste embate, a questão meridional está implícita e parece constantemente retomada na análise do modelo capitalista, passando pelo problema histórico do transformismo e suas raízes no Risorgimento, pelo qual a formação de uma ampla classe dirigente no quadro dos moderados “com a absorção gradual e contínua, obtida com métodos diversos na sua eficácia, dos elementos ativos saídos dos grupos aliados e também dos adversários”. Esse processo realizado de forma continuada torna a direção política “um aspecto da função de domínio” levando à “decapitação dos grupos inimigos e ao seu aniquilamento por um período muitas vezes longo” (Q. 19, p. 2011). Esse tipo de ação política desmobilizou os movimentos sociais populares do Sul da Itália, subordinando-os à hegemonia do Norte e dificultando o processo de organização dos trabalhadores.

Essas questões começam a aparecer de modo fragmentário no Caderno 3, com o título *História das classes subalternas*, fragmentos que se completam com outros, denominados *Passado e Presente*, fazendo uma nova leitura de fatos históricos que envolveram as classes subalternas, que acentua a visão das elites e suas contradições a respeito da história italiana. Um exemplo é o pequeno parágrafo 45, que aborda a questão aprofundada posteriormente no tema transformismo: trata da debilidade teórica de alguns dirigentes de esquerda, que se traduzem em “uma das causas das catástrofes”. E acrescenta: “quando falta uma atividade cultural do partido”, as classes populares “produzem a cultura como podem” (Q 3, p. 323).

No fragmento seguinte, nomeado *Passado e Presente*, esclarece-se o significado do conceito “subversivo” e seu caráter negativo na concepção de mundo dos camponeses: estes “sentem que tem inimigos e os identificam somente empiricamente nos assim chamados senhores”. O conceito de senhor, por sua vez, traz implícita a antiga aversão dos camponeses pela cidade, pela burocracia, pelos ‘funcionários’ de Estado, que se apresentam

como superiores, embora da perspectiva econômica sejam mais pobres que alguns camponeses. “Este ódio ‘genérico’ é ainda de tipo ‘semifeudal’, não moderno, não podendo ser tomado como documento de consciência de classe”; trata-se apenas de uma atitude negativa e polêmica elementar. E Gramsci acentua algo que reaparece na sua análise do Risorgimento: o camponês “não apenas não tem consciência exata da própria personalidade histórica”, como também “não tem consciência da personalidade histórica e dos limites precisos do próprio adversário” (Q. 3, p. 323-324). Dessa perspectiva, toda a análise gramsciana das relações de forças que caracterizaram o Risorgimento e do desdobramento conservador da política que penalizou o Sul pode ser tomada como parte da *História das classes subalternas*.

Essa realidade caracteriza a condição social e política da subalternidade, que explicitamos a partir da abordagem da categoria classe social e do modo como Gramsci a modifica para esclarecer as novas dimensões da luta de classes. Se, a partir de Marx, as classes sociais se definem pela participação no processo produtivo, a introdução da noção de subalterno não nega que a delimitação do significado se encontra no processo de produção material, mas permite relacionar o econômico, o político e o ideológico, para explicitar, na unidade dialética dessas instâncias, as relações de dominação.

Explicitações filológicas quanto ao conceito subalternidade

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador (GALEANO, 1997, p. 115)

A categoria geral de classe social, recorrente nos escritos de Marx e identificada no movimento concreto de luta de classes como burguesia, proletariado, campesinato, pequena-burguesia, etc., foi reelaborada por Gramsci na oposição: classes dominantes e classes ou grupos subalternos. Essa mudança vincula-se, conforme Del Roio (2007, p. 64), ao modo como Gramsci aborda a questão meridional italiana, perspectiva da qual Gramsci traduz o “pensamento de Lenin para as circunstâncias concretas da Itália”.

Para Del Roio (2007, p. 66), o movimento operário italiano deveria “unificar a classe operária dentro de uma perspectiva política e cultural” que reconhecesse a necessidade da “aliança com o campesinato, num contexto internacional de atualidade da revolução socialista”. A especificidade da realidade italiana se encontra, portanto, na base desses desdobramentos na elaboração teórica de Gramsci.

Neste contexto, as classes se caracterizam a partir do modo de produção como dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos e todas as classes podem possuir grupos ou frações de classe: a burguesia constitui-se de comerciantes, industriais, banqueiros e cada um desses grupos se subdivide em outros; o operariado e o campesinato, também se constituem em grupos ainda mais fragmentados por suas dificuldades de organização política e de formação uma identidade de classe.

A partir dessa realidade entende-se que, para Gramsci, os grupos subalternos são grupos que ainda não se organizaram concretamente como classe, em vista de suas condições de dominados no contexto de uma hegemonia que lhes é exterior; mesmo como classes subalternas, ainda não possuem uma história ou um pensamento sistematizado e suas tentativas de unificar a sua atividade histórica será sempre provisória enquanto não se constituírem em Estado. A força hegemônica das classes dominantes se consolida porque a sua unidade histórica se concretiza a partir da estrutura do Estado, por meio da qual se empenha em romper toda iniciativa dos grupos subalternos no sentido de sua unificação teórica (Q. 25, p. 2287).

Os grupos subalternos, na medida em que não possuem ainda uma unidade política concreta e orgânica que lhes permita assumir o poder, têm dificuldades em construir uma unidade ideológica que lhes garanta uma solidez organizativa. Sendo contraditórias as relações sociais, também “é contraditória a consciência histórica dos homens”. A ausência de uma unidade política se expressa como “ausência de iniciativa histórica”, de modo que a “desagregação é mais grave” e deve ser “mais forte a luta para libertar-se dos princípios impostos e não propostos autonomamente, para se alcançar uma consciência histórica autônoma” (Q. 8, p. 1033).

A consciência histórica se produz no curso da luta de classes, na medida em que esses grupos formem seus próprios intelectuais que consigam unificar teoria e prática, ou seja, elaborar coerentemente os princípios esclarecedores dos problemas e das contradições vividas. Por isso, Gramsci acentua que as relações de forças que caracterizam a luta de classes inicialmente têm um caráter eminentemente econômico e que uma nova cultura em gestação florescerá plenamente somente após a criação do novo Estado. Essa tarefa é extremamente difícil e supõe criar um grupo de novos intelectuais, criação que implica “um longo processo, com ações e reações, adesões e dissoluções e novas formações numerosas e complexas”. A filosofia da praxis se apresenta como “a concepção de um grupo social subalterno sem iniciativa histórica, que se amplia continuamente, mas desorganicamente e sem poder

ultrapassar um certo grau qualitativo”, sempre distante da tomada do poder do Estado e do exercício real da hegemonia (Q. 16, p. 1860-1861). Porque age dentro dos limites impostos pelas classes dominantes sem questionar esses limites, sucumbe, por maiores que sejam seus esforços.

Conforme Dias (2012, p. 72), “subalterno é aquele que não pode falar, que não tem voz”. E, em geral, também não tem oportunidade de produzir seu pensamento e manifesta-se, na maioria das vezes, quando lhe “dão a voz”, ou seja, ainda no contexto da subordinação e do domínio dos dirigentes. Com a assimilação do modo de pensar dominante, as classes subalternas elaboram sua leitura da realidade dentro dos limites das narrativas dominantes, o que dificulta ou mesmo impossibilita perceber a própria subordinação. Dessa perspectiva, conceitos como igualdade, liberdade, cidadania, são assimilados de forma abstrata, porque entendidos como universais enquanto, na realidade, representam o significado parcial de classe.

Gramsci identifica essa dificuldade quando aborda a questão da ideologia e da linguagem ou quando acentua que os grupos subalternos vivem uma contradição permanente entre seu agir e seu pensar: seu agir é permeado de um materialismo com várias nuances, enquanto seu modo de pensar é idealista, permeado por crenças variadas e pela religião. Essa questão aparece na afirmação de que “todos os homens são filósofos”, ainda que inconscientemente, na medida em que vivem conforme uma filosofia espontânea que está contida “na linguagem, composta de noções e conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo”; no senso comum e na religião popular. Ou seja, esse pensamento é desagregado e contraditório, na medida em que o pensar se elabora a partir de elementos “[...]’impostos’ mecanicamente pelo ambiente exterior”, caracterizado pela tendência teórica dos grupos dominantes (Q. 11, p. 1375-1376).

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma consciência teórica clara de sua ação que, entretanto, é um conhecer o mundo enquanto o transforma. A sua consciência teórica pode estar historicamente em contradição com a sua ação. Pode-se quase dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma implícita na sua ação e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade e uma superficialmente explícita ou verbal que herdou do passado e acolheu sem crítica (Q. 11, p. 1385).

Essa característica da subalternidade, que tem como base a dominação econômica que se organiza na estrutura política e ideológica da sociedade,

não permite aos grupos subalternos identificar a grande contradição entre o seu modo de pensar e a sua ação cotidiana. Ao conseguir superar essa dificuldade, o subalterno pode compreender que sua ação se encontra permeada por um autêntico materialismo que Gramsci assim define como o significado geral para o senso comum: “chama-se de materialismo a tudo aquilo que tende a encontrar nesta terra e não no paraíso, a finalidade da vida”, ou seja, “toda atividade econômica que saísse dos limites da produção medieval era ‘materialismo’[...]”, porque aparecia como um “fim em si”: a “economia pela economia, a atividade pela atividade” (Q. 11, 1407).

O materialismo que permeia o senso comum tem origens religiosas, conforme Gramsci: o público popular acredita que o mundo externo é objetivo em si, crença que tem origem na religião, que ensina que “o mundo, a natureza, o universo, foi criado por Deus antes da criação do homem”; este “encontrou o mundo já belo e pronto, catalogado e definido uma vez para sempre” (Q. 11, p. 1412). Esse materialismo metafísico precisa ser superado pela dialética, trabalho árduo e difícil até mesmo para alguns teóricos marxistas. Para as pessoas comuns, esse fato expressa a distância entre ciência e vida, entre intelectuais e povo, entre a chamada “alta cultura” e as classes populares.

Da perspectiva histórica, o materialismo originou-se na Grécia Antiga, com Tales de Mileto no século VI a.C., com raízes “na atividade produtiva diária da humanidade”, levando mais de dois mil e quinhentos anos para “adquirir sua atual clareza e amplitude”, a partir da criação das “condições históricas necessárias para dar o salto do realismo ingênuo da vida primitiva” até a sua formulação teórica no materialismo histórico (NOVACK, 2015, p. 17-18).

As reflexões dos primeiros filósofos, denominados naturalistas, nasceram da observação da atividade humana e dos fenômenos da natureza e seus escritos articulavam ciência e filosofia. Conforme Novack (2015, p. 88), o “impulso dado ao pensamento abstrato pela difusão da escrita, depois da invenção do alfabeto”, foi proporcional ao que antes resultava da análise da experiência, do “intercambio de mercadorias, do cálculo de preços” ou da medida da terra. A escrita permitiu objetivar a fala e aprofundar “elementos estruturais da língua”, base para a transformação desses primeiros teóricos em “retóricos, gramáticos e lógicos”.

Uma história da qual sabemos pouco, porque a narrativa hegemônica foi marcada por uma posição idealista, que leu e interpretou a teoria

materialista de um modo parcial e distorcido. A perspectiva racionalista que dominou a narrativa filosófica a partir de Platão teve como ponto fundamental a dissociação do processo reflexivo da análise das circunstâncias históricas, do movimento da natureza e da vida, que produz os antagonismos sociais implícitos nas reflexões dos materialistas. Porém, por surgir “da atividade prática da sociedade e impregnar todos os aspectos da vida humana”, o materialismo tinha uma necessidade poderosa de se expressar e “poderia até chegar a se banido da filosofia oficial sem, com isso, deixar de se afirmar por todos os lados” (NOVACK, 2015, p. 24).

Estas raízes históricas são importantes na medida em que os fundadores da filosofia da praxis nelas buscaram inspiração. Veja-se a Tese de Doutorado em Filosofia de 1841, de Marx, com o título: *A diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Essa base inicial materialista desenvolve-se com a leitura de Feuerbach, para seguir adiante na crítica ao materialismo filosófico, metafísico e concretizar-se no que Gramsci denomina materialismo histórico ou filosofia da praxis.

Já na 1ª das *Teses contra Feuerbach* (MARX, 1974, p. 57), Marx se posiciona tanto ante o materialismo filosófico quanto ante o idealismo a partir da explicitação da relação dialética entre objetivo e subjetivo no conceito de praxis como “atividade humana sensível”. Como acentua Labica (1990, p. 49 e 51), Marx toma distância de Feuerbach e do materialismo filosófico definindo a atividade humana sensível como “atividade revolucionária, praticamente crítica”, entendendo-se que a “crítica só tem sentido prático e só possui eficácia ao se traduzir em atividade prática”, ou seja, essa prática é necessariamente revolucionária.

Trata-se de uma abordagem que, na medida em que é praticamente crítica, altera o significado de conceitos como “sensível”, “real” e também “prático” e “humano”. Supera-se o imediatamente dado para entender o conjunto das relações sociais em suas contradições e possibilidades latentes¹. Labica (1990, p. 74-75), explicita a diferença estabelecida por Marx entre teoria e pensamento: enquanto a teoria separa, analisa, tenta identificar o objeto a partir de oposições, o pensamento articula, relaciona dialeticamente, “não possui outra fonte que não seja a prática”, enquanto “atividade real” (mundana, social e histórica), “sensível, humana, objetiva-subjetiva”.

Gramsci desenvolve essa posição na crítica aos dois revisionismos de Marx, principalmente as abordagens de Croce e de Bukharin. No curso de

¹ A questão filológica se articula com a política, a história e a filosofia, fato que aparece acentuadamente nos escritos de Gramsci, nas perguntas: o que é o homem? O que é a natureza humana?

ambas as críticas, a acentuação da historicidade do pensamento e da especificidade da filosofia da praxis como superação tanto do idealismo quanto do mecanicismo, pela identificação entre filosofia, política e história como ponto de superação de toda a filosofia anterior.

O materialismo, em geral, tem um vínculo mais direto com a prática, o que o faz mais fácil de reconhecer na cultura popular. No âmbito do senso comum “chama-se materialismo tudo o que tende a encontrar nesta terra e não no paraíso o fim da vida”. No período medieval, por exemplo, toda a atividade econômica, que tinha um fim em si mesma, se denominava materialista. Com o desenvolvimento do capitalismo, essa noção se consolidou na prática econômica da burguesia (Q. 11, p. 1409).

Gramsci acentua que, da perspectiva política, o materialismo é conhecido do povo e faz parte do senso comum, na medida em que as massas convivem com muitas crenças, preconceitos e superstições populares, o que “também se percebe no catolicismo popular e especialmente na ortodoxia bizantina”; na verdade, parece que no senso comum convivem duas religiões, uma popular e materialista e outra oficial, dos intelectuais, que procuram não se separar das massas. Muitas “tentativas consideradas heréticas foram manifestações de forças populares para reformar a Igreja e aproximá-la do povo” (Q. 16, p. 1861-1862).

Da perspectiva dos grupos subalternos, enquanto eles não tiverem construído novas relações econômicas e sociais, sua “atividade não pode ser prevalentemente econômica ou, ao menos, exprimir-se em termos econômicos e de estrutura” (Q. 11, p. 1409). Gramsci não avança aqui sobre os motivos, mas eles se explicitam nas análises sobre as mudanças das lutas de classes a partir do fracasso da Comuna de Paris, na questão do transformismo e da revolução passiva e, principalmente, na explicitação do conceito de hegemonia e nas novas dimensões da ideologia como prática de poder. Os grupos subalternos sofrem de forma mais incisiva a iniciativa e a direção dos grupos dominantes, podendo organizar-se solidamente apenas quando se tornarem Estado (Q. 25, p. 2283-2284).

Romper este círculo vicioso implica formar seus próprios intelectuais e aproveitar todas as oportunidades de resistência e de ação inovadora, que possibilitam formular uma nova concepção de mundo a partir da identificação das contradições. Dessa perspectiva, a questão da educação no seu sentido amplo perpassa a luta de classes e lhe dá uma nova dimensão no contexto da hegemonia.

A filosofia da praxis como a teoria dos grupos subalternos:

Quantas vezes não se falou de ‘crise’ da filosofia da praxis? E que significa esta crise permanente? Não significa talvez a própria vida que se desenvolve de negação em negação? (Q. 10, p. 1292).

O tema “filosofia da praxis” (inicialmente denominada por Gramsci de materialismo histórico) permeia de ponta a ponta os Cadernos do Cárcere, no confronto, na crítica e na desconstrução dos argumentos de intelectuais representantes das classes dominantes e na análise da realidade política italiana.

Na análise dos movimentos populares ocorridos na história da Itália com o objetivo de salientar a importância de uma *História das classes subalternas*, Gramsci acentua que o elemento de espontaneidade é característico destes movimentos e “dos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe” e, por isso, nem desconfiam que “a sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais”. Em todo movimento espontâneo de resistência existem elementos de direção consciente, mas são frágeis e não ultrapassam os níveis do senso comum (Q. 3, p. 328).

Essas primeiras reflexões sobre a organização política das classes subalternas acentuam a necessidade de articular espontaneidade e direção consciente, articulação que Gramsci denomina disciplina: a) no sentido de *educar* as combinações espontâneas existentes no âmbito das relações sociais e dos movimentos de resistência; b) na formação de dirigentes nascidos de seus movimentos para organizá-las e depurá-las dos elementos estranhos e conservadores, para torná-las homogêneas, vivas e historicamente eficientes; c) para uma “ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simplesmente aventura de grupos” que dizem representar as massas (Q. 3, p. 330).

“Descuidar desta preparação, desprezar os movimentos espontâneos e renunciar a elevá-los a um nível superior inserindo-os na política” pode tornar-se um erro grave, com sérias consequências. Trata-se de dar uma direção consciente aos movimentos que nascem espontaneamente, a fim de “torná-los um fator político positivo” (Q. 3, p. 331).

Acontece quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes

subalternas e movimentos espontâneos de massa e, por outro, determina conspirações dos grupos reacionários que aproveitam do enfraquecimento objetivo do governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se colocar a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos (Q. 3, p. 331).

Direção consciente para fortalecer o movimento e elevar as massas a um nível superior de compreensão da luta de classes. A filosofia da praxis procura responder a todas essas questões, por ser a teoria das contradições e, como tal, propor-se a viabilizar a crítica política e a formação de uma nova concepção de mundo. Para Gramsci, Marx concretizou na filosofia da praxis uma concepção de mundo que expressa a passagem da “ciência para a ação” (Q. 7, p. 881).

Para entender o movimento orgânico da realidade em suas complexas relações e interações o primeiro problema é retomar “o significado da dialética” que precisa ser “concebida em toda a sua fundamentalidade”, ou seja, entendendo-se a filosofia da praxis como uma “filosofia integral² e original que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento”, porque “supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais”. O segundo problema de erro de interpretação é psicológico: “sente-se que a dialética é coisa muito árdua e difícil”, porque o “pensar dialeticamente vai contra o vulgar senso comum que é dogmático, ávido de certezas” concludentes, nos limites da lógica formal, que garante o seu cotidiano fragmentado (Q. 11, p. 1425)³.

Em geral “confunde-se estrutura com ‘estrutura material’ e ‘instrumento técnico’ com qualquer instrumento material, etc.”; por esse caminho, “chega-se a sustentar que uma determinada arte surgiu porque foram desenvolvidos alguns instrumentos específicos por meio dos quais as expressões artísticas” puderam aparecer. “Não se pode negar uma certa relação, mas não direta e imediata”. No movimento relacional que constitui o social torna-se, muitas vezes, difícil de separar estrutura e superestrutura, ou seja, existem fatos que são estrutura e superestrutura ao mesmo tempo.

2 Tendo-se em vista a identificação entre filosofia e história, o conceito de filosofia integral relaciona-se com o de história integral. Um belíssimo artigo sobre esse tema: (FROSINI, 2013).

3 Gramsci completa essa reflexão com um exemplo: “Para entender melhor pode-se pensar o que aconteceria se nas escolas primárias e secundárias as ciências naturais e físicas fossem ensinadas com base no relativismo de Einstein e acompanhando as noções tradicionais de ‘lei da natureza’ com as de lei estatística ou de grandes números. Os meninos não entenderiam nada de nada e o confronto entre o ensino escolar e a vida familiar e popular seria tal que a escola se tornaria objeto de risos e de ceticismo caricatural” (Q. 11, 24, p. 1425-1426).

O surgimento da indústria tipográfica, por exemplo, mudou a estrutura do modo de produção, a luta de classes e o modo de pensar e de ser, inseparáveis da formação ideológica enquanto cultura, ciência, política, etc. “Uma classe se forma sobre a base de sua função no mundo produtivo”; no movimento de organização social e na “luta pelo poder e pela conservação do poder”, essa classe cria ideologias que a sustentam e que repercutem no movimento estrutural alterando-o, num movimento complexo de interrelações (Q. 4, p. 433-434). A única teoria capaz de explicitar este movimento dialético é a filosofia da praxis, enquanto articula dialeticamente teoria e prática e, com isso, pode identificar as contradições do movimento social e desmistificá-las.

Essa questão é complexa e Gramsci recomenda muita cautela no seu tratamento, pois pode-se correr três riscos que inviabilizam a leitura da relação estrutura-superestrutura: 1) a “dificuldade de identificar estaticamente (como imagem fotográfica instantânea), a cada momento, a estrutura”; 2) a articulação entre o movimento estrutural e os atos políticos dos dirigentes das classes dominantes; 3) a dificuldade de identificar as necessidades internas de caráter organizativo e seus desdobramentos no movimento da estrutura, assim como nos âmbitos político e ideológico (Q. 7, p. 872-873)⁴.

A segunda dificuldade acima colocada por Gramsci decorre da primeira: conforme já acentuamos, uma “fase estrutural pode ser concretamente estudada e analisada somente depois de haver superado todo o seu processo de desenvolvimento” e que, no processo em andamento, a estrutura pode ser estudada apenas por hipótese. Com esse pressuposto, as ações políticas podem decorrer com base em “erro de cálculo da parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, por meio de ‘crises’ parlamentares”, pode corrigir e superar. Quando não se avalia corretamente o conjunto de relações em presença e se reduz tudo ao econômico torna-se difícil tomar as medidas políticas corretas. (Q. 7, p. 872).

A terceira dificuldade, que decorre do fato de se estar incluído no processo sem ter condições de explicá-lo senão por hipótese, é a de distinguir que “muitas ações políticas se devem a necessidades internas de caráter organizativo ligado a uma necessidade de dar coerência ao partido, ao grupo social ou a uma sociedade” (Q. 7, 24, p. 872). Trata-se de considerar as forças políticas em presença e sua função no contexto conjuntural, ou seja, da “avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de

⁴ Gramsci indica a leitura de *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, os escritos sobre a *Questão Oriental*, *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, *A Guerra Civil em França* e outros escritos menores. Tais escritos “permitem entender melhor a metodologia histórica marxista” (Q. 7, p. 871).

organização alcançado pelos vários grupos sociais” superando a fase econômico-corporativa de organização política (Q. 13, p. 1583).

Para as classes subalternas, a “tarefa essencial é aquela de empenhar-se sistemática e pacientemente a formar, desenvolver e tornar sempre mais homogênea, compacta e consciente de si” a força da qual se faz parte. A ação eficaz depende dessa permanente preparação e é nesse contexto que assume significado o trabalho da teoria e a apreensão do significado amplo da educação (Q. 13, p. 1588).

A questão fundamental é precisamente compreender a realidade a partir da identificação das contradições, tanto no modo como se apresentam, quanto no movimento pelo qual se constituem. A “afirmação de que o marxismo é uma nova filosofia, independente, é a afirmação da independência e da originalidade de uma nova cultura em encubação”, cujas condições de desenvolvimento se encontram na transformação da sociedade capitalista (Q. 4, 3, p. 425). Se relacionarmos o conceito de subalternidade com o conceito de transformismo ou cooptação dos dirigentes, agregado ao processo de educação como adaptação ao contexto social pela formação do imaginário social, podemos dizer que elaborar uma nova concepção de mundo e uma nova cultura torna-se uma das funções mais difíceis a realizar.

A ampliação do uso do conceito de “subalterno” por tendências pós-modernas

A difusão da obra de Gramsci no mundo possibilitou a apropriação do conceito “subalterno” e a ampliação dos seus significados a partir da situação econômica, política e cultural contemporânea. Uma destas leituras foi efetuada pelo grupo indiano denominado Subaltern Studies, vinculando sua interpretação com outras leituras que denominamos pós-modernas.

Os dois pressupostos das leituras que limitam ou quebram as possibilidades da crítica são: colocar a cultura como elemento central de construção das sociedades e entender que a fragmentação se justifica pela diferença e pela pluralidade dos sujeitos envolvidos. Esses pressupostos permitem identificar a subalternidade nas mais variadas formas que ela assume na contemporaneidade, como raça, etnia, gênero, mas não permitem superá-la porque excluem do discurso a luta de classes.

Conforme Galastri (2014, p. 49), a posição pós-moderna, por meio da “justificação da pluralidade e da multiplicidade, acaba por preconizar uma situação política e social que mantém os grupos subalternos exatamente

como tais, na subalternidade, desagregação e marginalidade histórica”. Pode-se identificar várias formas de subalternidade na sociedade moderna e o próprio Gramsci o faz quando se dirige à família na Sardenha para falar da educação de Edmea, ou quando se refere à condição da mulher na implantação do modelo industrial fordista, ou ainda para entender as várias formas de marginalização que ocorreram na história antiga e medieval. Mas sempre com as dimensões da luta de classes, sem a qual qualquer leitura se insere no horizonte ideológico que se quer contestar.

Entender a diferença fundamental entre o pensamento de Gramsci e as novas apropriações do conceito “subalterno” implica explicitar as bases teórico-metodológicas que orientaram a análise de Gramsci da situação política e cultural da Itália do início do século XX. Como acentuamos, Gramsci recorre ao conceito “subalterno” no contexto de luta de classes, o que significa conhecer a realidade, identificar suas contradições e as causas que as geraram, para poder transformar a realidade.

Ressaltar a atualidade do conceito “subalterno” implica evidenciar as várias formas que submetem os indivíduos na sociedade moderna, inclusive (e principalmente) as inconscientes. Edmundo Dias (2012) fala em “captura da subjetividade”, mas sempre no horizonte da luta de classes.

Como acentua Del Roio (2007, p. 64), “dizer que a cultura e a política estão em toda parte da vida social” incluindo a economia, não significa o “mesmo que negar a determinação em última instância da reprodução da vida material dentro do complexo de determinações que compõem a totalidade”. Economia, política e ideologia se articulam dialeticamente na composição das relações de hegemonia.

Os fundamentos teórico-metodológicos da filosofia da praxis não podem ser esquecidos ou ignorados na leitura de Gramsci, porque se corre o risco de fazer uma interpretação equivocada dos seus escritos. A questão de fundo que mobiliza a escrita de Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* é ainda a luta operária pelo socialismo, por novas condições sociais e políticas, luta que implica um processo de educação tanto pelas vias oficiais quanto por instituições específicas do movimento operário. Política e cultura se articulam na necessidade de superar as formas de dominação ideológica, que aprisionam a subjetividade dos trabalhadores, por um esforço continuado de autoeducação, de organização política e construção da identidade de classe.

O termo “subalternos” amplia a noção de proletariado e campesinato, incluindo na noção de classe todos que, na sociedade capitalista, vivem

alguma forma de exploração do trabalho e alguma forma de subordinação social, política e cultural, mesmo que inconsciente. Vinculado aos conceitos de ideologia e concepção de mundo, pode ser estendido aos próprios intelectuais que atuam como ‘funcionários’ da hegemonia (todos os que, de um modo ou de outro, na função que exercem, contribuem para a manutenção da ordem instituída); são intelectuais, mas são subalternos, porque oriundos das classes trabalhadoras e das classes médias, atuam em defesa dos interesses dominantes. Dessa perspectiva, a problemática levantada em *A Questão Meridional* pode ser entendida como a base da reflexão gramsciana dos *Cadernos do Cárcere* sobre os intelectuais.

Ainda retomando Del Roio (2007, p. 65), o “marxismo de Gramsci se desenvolve em paralelo a um novo meridionalismo” pensado tanto a partir do desenvolvimento industrial setentrional quanto das consequências da guerra para a vida dos trabalhadores. Gramsci alimentou-se da leitura de autores como Sorel, Rosa Luxemburg, Lenin e Trotski, com um estudo aprofundado de textos fundamentais de Marx, para explicitar o significado e o alcance da filosofia da praxis enquanto teoria das contradições e base fundante da compreensão da luta de classes para os trabalhadores.

O “espírito de cisão”, conceito retomado de Sorel, se consolida na explicitação da sociedade capitalista como um conjunto de relações de forças, cujo contexto precisa ser conhecido para criar as possibilidades de luta pela hegemonia. Para tanto, a educação das classes trabalhadoras assume grande importância enquanto caminho para a autonomia e a identidade de classe. Ao mesmo tempo em que valoriza todas as formas de educação para os trabalhadores, Gramsci critica a escola formal italiana e aponta seus limites, critica a ingerência da Igreja católica no sistema de ensino, mostra os interesses ocultos nas políticas públicas exaradas por Gentile, ou seja, elucida todos os caminhos possíveis para a formação política dos trabalhadores e para a construção de uma nova ordem social e política.

Gramsci efetuou uma leitura da história das classes subalternas da perspectiva das contradições que perpassam os fatos históricos, com o objetivo de esclarecer essas classes quanto à sua situação social e política e quanto às tarefas a realizar, na necessidade de formar uma vontade coletiva, ou seja, de unificar-se como classe e identificar-se como classe unificada. Uma questão política que implica um processo continuado de educação que Gramsci tentou, inclusive, viabilizar na criação de Revistas, jornais, grupos de estudos, formação por correspondência.

Conforme Del Rio (2006, p. 322), por ocasião de sua militância política Gramsci tinha um projeto ambicioso de educação; o “material pedagógico da escola de partido deveria ser composto por opúsculos tratando das questões elementares do marxismo”, deveria explicitar as condições concretas da realidade econômica e política italiana.

O relativo sucesso da escola de L Ordine Nuovo, em 1920, pode ser explicado pelo vínculo existente entre movimento e processo educativo, cuja implicação mais forte é a possibilidade de o educador ser educado pelo movimento, um movimento conjunto de autoeducação das massas e de progresso intelectual coletivo. O limite foi o envolvimento de poucos e não de todo o movimento e de um partido, o que debilitou a capacidade de elaboração teórica coletiva (DEL ROIO, 2006, p. 322).

Nos *Cadernos do Cárcere*, a educação do educador reaparece na função do Estado e, principalmente, na importância para as classes subalternas de formar os seus próprios intelectuais e de fazer o inventário de sua história, a fim de superar a fragmentação de sua concepção de mundo e de conhecer-se para além do que lhe dá a conhecer a classe dominante. O conhecimento se apresenta, para Gramsci, como um instrumento de poder e de dominação para os dominantes e como via de emancipação para os subalternos ou dominados.